

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

A Assembleia Municipal de Peso da Régua reuniu em sessão ordinária no dia 28 fevereiro de 2019, com início às vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, com a Ordem de Trabalhos que consta da convocatória do dia 19 de fevereiro de 2019.

Foi entregue na Mesa o pedido de renúncia da Senhora Deputada Nelma de Jesus Pereira Coutinho invocando o artº 76ª, da Lei nº 169/99, o qual foi aceite pela Mesa, sendo substituída pelo Deputado Fernando José Aires Lebres.

Não responderam à chamada os Srs. Deputados Luís Miguel Carvalho Gonçalves, Paulo Jorge da Cruz Costa, que foram substituídos pelos Srs. Deputados Filipe Osório e Isabel Silva Guedes de Sá.

Iniciada a sessão, como nenhum dos Senhores Deputados e Munícipes pretendeu usar da palavra, passou-se à leitura da ata de 6 de dezembro de 2018. Foi aprovada por maioria com 26 a favor e 3 abstenções motivadas pela ausência nessa sessão.

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, abordou, entre outros, os assuntos seguintes:

- Os almoços de Natal, tendo referido que decorreram num novo modelo que correu muito bem;
- O programa 7ª geração, tendo informado que já está aprovada a candidatura para este ano;
- Adjudicação, a uma empresa especializada, da elaboração de um plano estratégico para a habitação no nosso concelho;
- Esforços destinados a manter o Colégio dos Salesianos;
- Iniciativas relacionadas com a requalificação da Av. Dr. Manuel Arriaga;

- Preocupações relacionadas com a linha do Douro, iniciativas desenvolvidas e ponto da situação;
- Ponto da situação relativamente à matéria das Caldas do Moledo, designadamente quanto às iniciativas levadas a cabo;
- Informações relevantes sobre a situação do cais da Régua, nomeadamente quanto a carências existentes e respetivas soluções;
- Iniciativa em que teve intervenção em representação da CIM Douro, e na qual também esteve presente o Sr. Dr. Agostinho Santa, enquanto presidente da Comissão Administrativa da Casa do Douro, na Comissão de Agricultura da Assembleia da República por causa da problemática relativa à Casa do Douro;
- Desenvolvimentos pormenorizados sobre a situação do Hospital D. Luiz I e ainda sobre o que se pretende que ali funcione;
- Finalmente, abordou o contexto de “Peso da Régua – Cidade do Vinho 2019”.

De seguida usou da palavra o Sr. Deputado Raúl Gonçalves, tendo agradecido as explicações prestadas e manifestado que a Câmara Municipal pode contar com o apoio da bancada do PSD. Abordou ainda vários pontos em concreto, designadamente a Casa do Douro, o Hospital D. Luíz I, a requalificação do Largo José Pinto de Carvalho e a candidatura ao Programa Escolhas 7ª geração.

O Sr. Deputado Hugo Fonseca também elogiou o desempenho do executivo municipal, nomeadamente quanto aos diversos atos constantes do ponto três da informação escrita.

O Sr. Presidente da Câmara, respondendo ao Sr. Deputado Raul Gonçalves, prestou mais alguns esclarecimentos adicionais sobre a requalificação daquele largo em Godim. Prestou ainda informações sobre o pretendido para as salas do Auditório Municipal.

Ponto 2 Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à área de reabilitação urbana do Peso da Régua.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a proposta, deu conta de alguns constrangimentos nesta área e assinalou os objetivos pretendidos, desde logo o de incentivar a reabilitação urbana de todo o tipo de construções.

A proposta foi aprovada por unanimidade com vinte e oito votos.

Ponto 3 – Apresentação, discussão e aprovação da minuta de acordo de regularização referente aos serviços prestados pela Águas do Norte, referente ao abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos termos definidos pelo Decreto Lai nº 5/2019 de 14 de janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta, realçou a relevância da água e procedeu a um relato do histórico sobre este assunto, designadamente quanto à questão financeira.

A Senhora Deputada da CDU, Gabriela Guimarães, entregou a sua posição através de documento escrito que está anexo a esta ata.

A Senhora Deputada do PS Joana Souto Lopes questionou a que respeitava a dívida, o período a que respeita, se foi feito algum pagamento e qual o montante atual da dívida.

O Senhor Deputado do PSD Raúl Gonçalves pronunciou-se a favor da proposta, contestou as posições assumidas pela CDU e pelo PS, nomeadamente apontando contradições de ambos, e procedeu a uma síntese do histórico nesta matéria.

O Senhor Presidente da Câmara contestou a afirmação de que estava em causa a privatização da água. Explicou o que foi correndo mal e a inexistência de uma alternativa melhor. Voltou a realçar a importância deste bem escasso e a necessidade de racionalizar a gestão e o consumo do mesmo. Respondeu ainda às questões levantadas pelo PS, tendo designadamente relatado os pormenores do recurso à via judicial nesta matéria.

A proposta foi aprovada por maioria com

Votos a favor 15

Abstenções 11

Votos contra 1

Ponto 4 – Apresentação, discussão e aprovação do contrato interadministrativo de Delegação de Competências com a Comunidade Intermunicipal do Douro.

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta e deu as explicações relativas ao contexto em causa.

A Sr. Deputada da CDU questionou a cobertura territorial e o destino dos trabalhadores, intervenção que em forma escrita foi entregue na Mesa e que se encontra anexa a esta ata.

As questões apresentadas, foram depois respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos vinte e oito membros presentes.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes vinte e oito senhores Deputados, a aprovação da presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da mesa.